

2014



Paulo Felismino Oliveira Almeida
2100161

Disciplina de Relações Interculturais



[INTERCULTURALIDADE DO VINHO DO PORTO]

Pequena análise intercultural da região vitivinícola do Douro e do Vinho do P



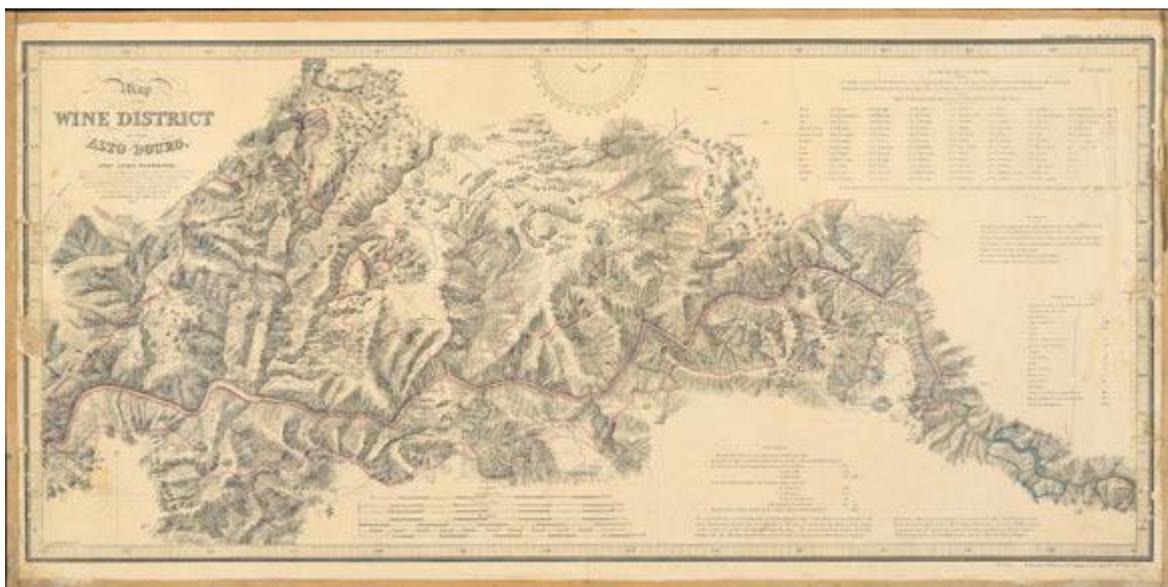
Índice

Introdução	3
Breve história do Vale do Douro e do Vinho do Porto	4
Análise Intercultural	9
Conclusão	15
Web grafia	16



Introdução

Esta curta dissertação visa analisar todo o tipo de relações interculturais promovidas e derivadas do consumo e comercialização do principal produto final da nobre região vitivinícola do Douro e que desde sempre fomentou um enorme interesse nos consumidores, primeiramente de estatuto social mais elevado e mais tarde a todos os consumidores e daí deriva o ainda usado “Porto de Honra”, usado como ponto de receção de convidados de um determinado evento.



Primeiro mapa da Região Demarcada do Douro



Breve história do Vale do Douro e do Vinho do Porto

Começamos esta análise com uma pequena introdução histórica para melhor podermos analisar toda a interculturalidade inerente ao assunto que tratamos.

Há provas de que a vitivinicultura no Vale do Douro remonta aos Romanos. Durante a Idade Média, o vinho era principalmente produzido para uso em massa, nos mosteiros, e as partes horizontais dos socalcos estavam reservadas para cultivar cereais e milho. As videiras eram plantadas nas aberturas das paredes dos socalcos. As vinhas apenas se desenvolveram até meados do séc. XVIII, sobretudo devido à procura de vinho doce por parte da Inglaterra.

Na altura, a Inglaterra já mantinha estreitas relações com Portugal. Sempre que Portugal estava em guerra com a vizinha e poderosa Espanha, a Inglaterra ajudava o pequeno país com o seu exército. Os dois países, desde cedo, concederam mutuamente privilégios comerciais e desenvolveu-se um fervilhante comércio de mercadorias inglesas (sobretudo têxteis), em troca da fruta e do azeite portugueses, desde o séc. XIII.

Quando o pequeno país cresceu muito para além das suas capacidades, no período de expansão colonial, encontrava-se largamente empobrecido.

Mais uma vez, os ingleses souberam aproveitar habilmente a crise portuguesa e celebraram vários acordos comerciais bilaterais que levaram Portugal a depender cada vez mais da Inglaterra. O vinho de Portugal começou a ser exportado desde cedo para a Inglaterra, mas, inicialmente, não tinha uma reputação muito boa. Quando eclodiu a guerra entre a França e a Inglaterra, em 1689, os Ingleses foram estritamente proibidos de beberem vinho francês e tiveram de recorrer a novas fontes.

Felizmente, o "Vinho do Porto" foi descoberto por volta de 1670. A adição de aguardente ao vinho facilitava o armazenamento e, desta forma, o vinho sobrevivia à viagem para Inglaterra, incólume. Quando a aguardente era adicionada durante a fermentação, o açúcar residual permanecia no vinho, melhorando o sabor e a capacidade de armazenamento, e agradava cada vez mais ao paladar dos ingleses.



Um dos tratados assinados é, por exemplo, o Tratado de Methuen, também referido como Tratado dos Panos e Vinhos, foi um tratado assinado entre a Inglaterra e Portugal, a 27 de Dezembro de 1703. Os seus negociadores foram o embaixador extraordinário britânico John Methuen, por parte da Rainha Ana da Inglaterra, e D. Manuel Teles da Silva, Marquês de Alegrete.

Pelos seus termos, os portugueses comprometiam-se a consumir os têxteis britânicos e, em contrapartida, os britânicos, os vinhos de Portugal. Com três artigos, é o texto mais reduzido da história diplomática europeia:

"I. Sua Majestade ElRey de Portugal promete tanto em Seu proprio Nome, como no de Seus Sucessores, de admitir para sempre daqui em diante no Reyno de Portugal os Panos de lã, e mais fábricas de lanificio de Inglaterra, como era costume até o tempo que forão proibidos pelas Leys, não obstante qualquer condição em contrário.

II. He estipulado que Sua Sagrada e Real Magestade Britanica, em seu proprio Nome e no de Seus Sucessores será obrigada para sempre daqui em diante, de admitir na Grã Bretanha os Vinhos do produto de Portugal, de sorte que em tempo algum (haja Paz ou Guerra entre os Reynos de Inglaterra e de França), não se poderá exigir de Direitos de Alfândega nestes Vinhos, ou debaixo de qualquer outro titulo, directa ou indirectamente, ou sejam transportados para Inglaterra em Pipas, Toneis ou qualquer outra vasilha que seja mais o que se costuma pedir para igual quantidade, ou de medida de Vinho de França, diminuindo ou abatendo uma terça parte do Direito do costume. Porem, se em qualquer tempo esta dedução, ou abatimento de direitos, que será feito, como acima he declarado, for por algum modo infringido e prejudicado, Sua Sagrada Magestade Portuguesa poderá, justa e legitimamente, proibir os Panos de lã e todas as demais fabricas de lanificios de Inglaterra.

III. Os Exmos. Senhores Plenipotenciários prometem, e tomão sobre si, que seus Amos acima mencionados ratificarão este Tratado, e que dentro do termo de dois meses se passarão as Ratificações."

A forte procura pelo vinho do Porto em Inglaterra levou a um excesso de produção em meados do séc. XVIII, acompanhada por uma queda dos preços e uma menor reputação do vinho do Porto. Para remediar esta situação, foi introduzido um sistema de controlo de origem e classificação regional, em 1757, no reinado de D. José I, pelo seu Primeiro-Ministro e futuro Marquês de Pombal, Sebastião José de Carvalho e Melo, por Lei de 1756, a qual, após sofrer alterações ao longo dos tempos, foi confirmada em 1921, foi o primeiro sistema de controlo de origem do mundo e o qual deu origem às proteções legislativas DOP (Denominação de Origem Protegida), a nível europeu e DOC (Denominação de Origem Controlada) a nível nacional; e que veio substituir as anteriormente usadas "Regiões Demarcadas". Os vinhos oriundos de bons locais

de cultivo (vinho de feitoria) eram aprovados para exportação, enquanto os vinhos que provinham de locais de cultivo inferiores eram restringidos ao consumo doméstico. Era o chamado "vinho do ramo", uma vez que os ramos indicavam onde esses vinhos regulares se encontravam disponíveis. Presume-se que este costume está na origem do provérbio Inglês "good wine needs no bush" (Bom vinho dispensa o ramo).

O decreto da região vitícola de 1757 foi por várias vezes alterado, mas aplica-se basicamente ainda hoje. Os pesados blocos de granito, conforme se encontram na região do Douro, eram utilizados na demarcação dos melhores locais de cultivo.

Em finais do séc. XVIII, a vitivinicultura não se desenvolveu para lá do Cachão da Valeira. Este enorme penhasco obstruía a navegação fluvial e, conseqüentemente, o transporte relativamente rápido das pipas de vinho. Foram precisos 12 anos de trabalhos até que esta parte do rio se tornasse navegável. Conseqüentemente, a vitivinicultura na região do Douro Superior tornou-se economicamente viável nos inícios do séc. XIX.

Na segunda metade do século XIX, a vitivinicultura na região do Douro foi afetada por grandes desastres naturais, semelhantes aos que conhecemos de outras regiões de cultivo de vinho

na Europa: em 1890 o oídio, a filoxera e o míldio destruíram aproximadamente 65% de todas as áreas vitícolas na região do Douro. Muitos vitivincultores foram forçados a abandonar as suas vinhas, uma vez que a base da sua existência havia sido destruída. Conseqüentemente, surgiram as vinhas de grande dimensão que eram detidas por uma mão cheia de investidores que adquiriram por relativamente pouco dinheiro as Quintas destruídas. Uma das figuras mais notáveis da história da vitivinicultura na região Dona Antónia tinha um ótimo sentido de oportunidade para estes desenvolvimentos a longo prazo e era uma hábil mulher de negócios. Adquiriu muitas vinhas, algumas delas em zonas completamente inacessíveis (a Quinta do Vale Meão no Douro Superior). Quando morreu, em 1890, deixou à sua família mais de 30 quintas.



*Fotografia de Dona Antónia Adelaide Ferreira
Também conhecida como "Ferreirinha"*



Entre os exportadores, sobretudo Britânicos – ou seja, as companhias comerciais sediadas no Porto – tornou-se moda, no final do séc. XIX, ter uma quinta na região do Douro. Alguns dos edifícios denotam, por isso, algumas referências arquitetónicas do estilo colonial Inglês.

Até 1870, havia muitos "vinhos de quintas", ou seja, vinhos que eram produzidos e comercializados por vitivincultores individuais. Os "Exportadores," que se tinham estabelecido no Porto e exportavam sobretudo vinhos de quintas, substituíam cada vez mais esses comerciantes de vinhos. De modo a apresentarem vinho do Porto de qualidade consistente aos seus clientes e a tornarem-se independentes da imprevisibilidade da natureza e dos vitivincultores, os exportadores, por fim, desenvolveram as suas próprias marcas, misturavam os vinhos de diferentes vinhas para criarem as suas próprias marcas de vinho do Porto, fermentavam-nos nas suas próprias caves em Vila Nova de Gaia e acabaram por comercializá-lo em todo o mundo. Esta separação da produção (as vinhas na região do Douro) e a maturação / comercialização (companhias comerciais em Vila Nova de Gaia) acabou por ir tão longe que até foi aprovada uma lei que determinava que as exportações de vinho do Porto apenas seriam realizadas a partir de Vila Nova de Gaia. Esta lei manteve-se em vigor até 1986, quando Portugal entrou na União Europeia e a sua abolição levou a uma verdadeira revolução na vitivinicultura da região duriense.

Em 1852, Joseph Forrester, primeiro barão de Forrester, título que lhe foi concedido por D. Fernando II, em 1855, uma personalidade lendária da história do Douro, cartografou os locais de cultivo e as quintas da região do Douro. Contabilizou um total de 79 quintas, incluindo 13 no Baixo Corgo, 54 no Cima Corgo e 12 no Douro Superior. Em 1861, o barco de Forrester virou-se no Cachão da Valeira, sendo arrastado para o fundo por causa do cinto com dinheiro que levava consigo, nunca tendo sido encontrado o seu corpo. Nessa derradeira viagem, fez-se acompanhar por D. Antónia Adelaide Ferreira, que segundo reza a história, não se afogou porque as saias de balão que então vestia, a fizeram flutuar até à margem do Rio Douro.



Retrato de Joseph Forrester.

Em 1954, essas quintas deixaram de ter um papel preponderante e existiam 81 caves de vinho do Porto em Vila Nova de Gaia. Em 1990, o número de exportadores tinha caído para 27 (na maioria dos casos devido a aquisições).

A lei de 8 de Maio de 1986 decretou que os produtores de vinho na região do Douro teriam direito a exportar os seus produtos de forma independente. No entanto, continua a haver algumas restrições. As vinhas devem possuir pelo menos 150.000 garrafas e um inventário de vendas para três anos. Além disso, as vendas apenas podem envolver garrafas e não pipas.

Inicialmente, o novo decreto beneficiava apenas os exportadores que já detinham quintas na região do Douro e podiam agora comercializar marcas independentes de vinhos de uma só quinta.

No entanto, uma série de produtores na região do Douro desde então tornaram-se independentes. Uma vez que as restrições acima referidas apenas se aplicam ao vinho do Porto, a produção de vinho tinto ("vinho de mesa") cresceu imensamente e todos os anos são introduzidos novos e interessantes vinhos no mercado.

Não podemos esquecer a Confraria do Vinho do Porto, criada a Novembro de 1982, instalada desde então no Palácio da Bolsa, na cidade do Porto, estabelecida com o propósito fundamental de “difundir, promover e consolidar o nome do Vinho do Porto em todo o Mundo”.



Brasão da Confraria do Vinho do Porto

O Vale do Douro foi classificado pela UNESCO, em 14 de Dezembro de 2001, como Património da Humanidade, na categoria de paisagem cultural, e é atualmente uma das mais interessantes regiões vinícolas da Europa, uma vez que os produtores que antigamente se limitavam a fornecer as uvas, agora produzem o seu próprio vinho, adquirindo assim maior experiência nos processos de vinificação e cultivo. Percebem cada vez mais da rentabilização do solo e das características específicas das suas quintas e estão a ganhar cada vez mais autoestima. Uma vantagem essencial é que os produtores trabalham juntos cooperativamente e tomaram consciência da necessidade de comercializar os seus excelentes vinhos em conjunto, de modo a colocar a região do Douro no mercado de forma adequada. O facto de as variedades originais de uvas continuarem a ser cultivadas na região do Douro e não terem sido substituídas por vinhos



internacionais constitui uma vantagem inestimável que, juntamente com as condições geológicas e climatéricas excepcionais, garantem o carácter independente e inconfundível dos vinhos do Douro.

Análise Intercultural

A região do Douro sempre foi bastante rica culturalmente e desde muito cedo chamou a atenção de quem dela se aproxima, o que originou uma enorme rede de contactos interculturais, tanto de teor nacional como internacional. Desde sempre nessa região houve uma grande diferença de géneros e de classes que perdura até hoje, apesar de não estar tão vincada como foi em tempos.

Começemos por analisar as diferenças entre géneros por volta da grande revolução do Douro acontecida no séc. XIX. Para começar, temos de reconhecer que em todas as classes havia diferenças de géneros, sendo um pouco mais vincadas nas classes mais desfavorecidas, ou seja nas classes operárias. À diferença de Inglaterra, a revolução industrial ainda estava longe de chegar a Portugal e igualmente sindicatos e proteções dos trabalhadores, o que fazia com que os operários tivessem de trabalhar de sol a sol para poderem sobreviver e sustentar a



família, trabalho esse maioritariamente masculino pois não podemos esquecer que as mulheres eram vistas como seres frágeis que apenas serviam para trabalhos leves, para cuidar do lar e para dar filhos. Como podemos imaginar, nesses tempos se o homem da casa, por algum motivo, se encontrasse inválido isso poderia significar a completa ruína da família. Uma solução encontrada pela população rural foi a mais fácil e lógica, que era ter o máximo de filhos homens possível, para ajudar a tratar da casa e das propriedades. Não podemos esquecer que a iliteracia era algo assustador por entre a classe operária, o que também ajudava em muito neste fenómeno familiar. Como podemos concluir a classe operária apenas vivia para trabalhar e o único momento

Transporte tradicional de uvas



de ócio que realmente podiam ter eram as festas tradicionais e romarias, ambas fortemente ligadas à religião.

No caso da aristocracia, ou empregadores, o caso mudava de figura, porém mantendo semelhanças, pois apesar de levarem uma vida mais livre e desafogada e de serem letrados, era o homem que trabalhava e a mulher era quase um adorno e deveria ser guardada como um bem muito precioso, o que possivelmente se devia ao carácter dos casamentos serem combinados e tratados como um negócio, o que muitas vezes levava a casamentos com o único intuito de gerar herdeiros e no qual o casal mal se conhecia e apenas estavam juntos para manter a aparência social.

Não esquecendo os trajes típicos usados por ambos escalões sociais que, como é obvio, eram completamente diferentes: o camponês usava calças de cotim, apertadas com gaspeados, colete do mesmo tecido e camisa de riscado, na cabeça, um chapéu de feltro de aba larga e nos pés, botas brancas, grosseiras, cardadas, que para que ganhassem mais resistência eram untadas com sebo, o traje feminino era composto por uma blusa de corte simples caída, saia de riscado larga e comprida e avental do mesmo tecido, na cabeça usava um lenço de tecido de lã preto, estampado a vermelho com motivos florais, e um chapéu de palha para se proteger do sol, calçava socas de madeira por baixo e couro por cima, e meias de lã, não esquecendo que o uso de todos estes materiais era por serem bastante resistentes, com o claro objetivo de diminuir os custos; mas aos domingos, os populares usavam um traje diferente, feito com tecidos de melhor qualidade, devido à carga religiosa do dia. Enquanto os aristocratas era o completo oposto pois vestiam para mostrar o seu estatuto económico-social, os homens vestiam calças direitas, colete e casaca de seda sempre acompanhados de uma gravata ou lenço e de uma bengala, mesmo que esta nada mais servisse do que um objeto ostensivo e calçavam sapatos bicudos e na cabeça um chapéu alto, sendo o preto a cor de eleição; as senhoras usavam uma saia de crinolina com a devida armação, magas tufadas, luvas altas e por vezes capas com capuz em veludo e na cabeça chapéus com plumas ou um simples lenço rendado.



Nestas imagens podemos observar as claras diferenças entre o vestuário de trabalho diário e o vestuário de uso em festas ou ao domingo usado pela classe operária e também o vestuário usado pela burguesia.

No que toca à educação das crianças era claramente o completo oposto, focando o exemplo no género masculino, enquanto o infante aristocrata aprendia a ler, montar a cavalo, esgrima e retórica, o rapaz operário aprendia a tratar dos animais, a tratar das terras e a obedecer e prestar vassalagem aos mais poderosos. Enquanto no caso das meninas era algo mais parecido pois tanto a filha do aristocrata como a do operário aprendiam as lides da casa e artes como a costura, a grande diferença é que a aristocracia apenas o fazia como passatempo e a sua aprendizagem incluía também aprender a ler, cantar ou tocar piano.



Quinta da Companhia criada por Dona Antónia

Um grande exemplo contrário a toda a estrutura de pensamento portuguesa do séc. XIX foi o caso de Dona Antónia Adelaide Ferreira mais conhecida, e carinhosamente apelidada de “Ferreirinha”, que fugiu de quase tudo o que era espectável para uma mulher da sua época, pois foi educada segundo os cânones mas desde cedo foi envolvida num meio empreendedor, onde não se pode hesitar. Enviuvou 2 vezes, e nenhuma dessas vezes a fizeram parar nem hesitar, ela tornou-se tão poderosa que o Barão de Saldanha, um dos homens mais poderosos do reino, quis casar o seu filho com Maria Adelaide, de apenas 12 anos, casamento que Dona Antónia recusou e se opôs, ao que o Barão, muito pouco habituado a ser contrariado devido à sua colocação poderosa, mandou raptar a criança, o que denota um enorme essencialismo de sua parte, porém Dona Antónia descobre o plano e decide fugir com a sua filha para Espanha e depois exilar-se em Inglaterra, passando a ser um associado seu a gerir as quintas, até ao seu retorno ao Douro.

Como podemos observar Dona Antónia fugia em muito aos padrões socioculturais portugueses da sua época que colocavam a mulher num lugar de submissão e quase vassalagem aos homens, fossem eles seus irmãos ou maridos. Nada de muito especial era esperado delas, muito antes pelo contrário, nada mais era esperado que o seu bom comportamento social e saber seguir todas as etiquetas implícitas. Dona Antónia seguia esses padrões mas moldava-os a seu favor muito à semelhança de um caso estudado na unidade curricular de Estudos Interculturais, caso esse de Maria Bárbara Garcez que se tornou uma senhora de engenho, no Brasil e que à semelhança de Dona Antónia, era ela que geria toda a riqueza gerada, decidindo o que comprar, o que vender e que soma da riqueza era distribuída pela família.

Todas estas atitudes denotam que apesar de ter uma construção de identidade igual a tantas outras, Dona Antónia mostrou um comportamento desviado das normas sociais e culturais da sua época no nosso país, sendo que este tipo de comportamentos podiam derivar do seu contacto prolongado com as famílias inglesas que sempre se instalaram no Douro e fizeram dele a sua 2ª casa. Porém Dona Antónia soube aproveitar o melhor dos dois mundos e sempre exerceu uma posição isenta de essencialismos e com uma preocupação tremenda pelo outro, pois existem relatos que certo dia durante um transporte de vinho uma pipa rolou e caiu em cima de um operário, sendo que uma pipa cheia são 550 litros, o que resultou na morte instantânea desse mesmo operário, ao que Dona Antónia prontamente se dispôs a manter o pagamento do salário à família do operário morto até que o seu filho mais velho tivesse idade para trabalhar e aí teria trabalho garantido nas quintas. Neste caso é de sublinhar que este comportamento não era prática usual, pois o que interessava era manter a força laboral com o mínimo de despesas possível para haver uma maior rentabilidade, sendo que Dona Antónia era dos poucos portugueses com presença no Douro, pois tal como hoje a maior percentagem de proprietários da região demarcada do Douro são direta ou indiretamente de nacionalidade inglesa. Temos como exemplo a família Symington, a família Sandeman e a família Burmester.





Tal como sabemos de antemão, o tratamento a dar e etiqueta a ter na presença de um aristocrata inglês é, como é óbvio, completamente diferente daquele dado a um aristocrata português, pelos mais diversos motivos, desde o seu ambiente sociocultural completamente diferente do nosso, tal como já referi, seja pela língua ou pelo seu essencialismo cultural, no qual se julgavam superiores e viam todas as outras civilizações como inferiores e atrasadas. Uma barreira quase intransponível que, os negócios e acordos comerciais fomentados pela região demarcada do Douro ajudaram a superar. Sendo que isso facilitou em muito as relações comerciais e culturais que ainda hoje vigoram, pois o Douro continua a ser um destino que o povo inglês procura visitar e frequentar, que os turistas tentam aproveitar das mais diversas maneiras, seja em provas de vinhos, algo bastante ligado à antiga burguesia, seja na colheita e pisa das uvas, algo desde sempre ligado à classe operária.

Não nos podemos esquecer que desde sempre também houve uma enorme diferença entre as populações do meio rural e do meio urbano, constituindo essa diferença uma enorme fonte de essencialismo pois a população urbana sempre achou a população rural como sendo ignorante, suja e com uma falta de cultura tremenda, daí nascendo a expressão que denota um essencialismo enorme, “a gente rude do campo”, mas por sua vez a população rural desde sempre tomou a população urbana como sendo elitista e com apenas conhecimento teórico, que chegando ao problema prático não saberia resolvê-lo. Além de este tipo de pensamento criar atritos desnecessários e evitáveis, molda os indivíduos de forma a serem muito pouco tolerantes com realidades que desconhecem e a tomar como garantido que certa pessoa é algo que não é na realidade.



Este tipo de comportamentos apenas não é notado nas cidades rurais, situadas maioritariamente no interior do país, e tendo esta análise como base a região demarcada do Douro, podemos tomar como exemplo a cidade de Peso da Régua, a cidade mais usada como referência seja para efectuar negócios, seja como ponto turístico. Este exemplo pode ser quase apelidado como ponto de equilíbrio, pois além de ter muitos habitantes que fazem uma vida cidadina normal, também tem habitantes que retiram os seus rendimentos do campo, ou seja, ao viverem em conjunto as duas realidades, o essencialismo acima referido desaparece. No entanto, esta cidade é alvo desses mesmos essencialismos, pois apesar de os dois modos de vida nela coexistirem, é vista como um lugar rural por algumas pessoas de cidades mais “evoluídas” e é vista como uma elite por alguma população rural.

Podemos então comprovar que o essencialismo que é encontrado no séc. XIX pode perfeitamente ser encontrado hoje em dia, mesmo com todo tipo de evoluções que se verificaram desde então, desde a criação da linha férrea, seja pela facilidade de navegação do rio e mais recentemente pelo aumento de facilidade de comunicação. Este essencialismo é algo tão forte e tão ligado às gentes do Douro que apesar dos esforços já feitos por tanta gente apenas hoje em dia se começa a notar algumas diferenças, mas tal como é de esperar são uma minoria minúscula, que apesar de mostrarem uma visão neutra e concisa que demonstra uma forte ligação às novas estruturas de pensamento que ajudam no estudo e compreensão de outra culturas, ainda não conseguiram contagiar a restante população que os rodeia, pois ainda se encontram demasiadamente agarrados a um passado carregado de estruturas de pensamento passadas de geração em geração e que nunca acompanharam o evoluir dos tempo e dos pensamentos, se calhar também um pouco devido ao regime fascista que se instalou no nosso país e que o congelou no tempo.

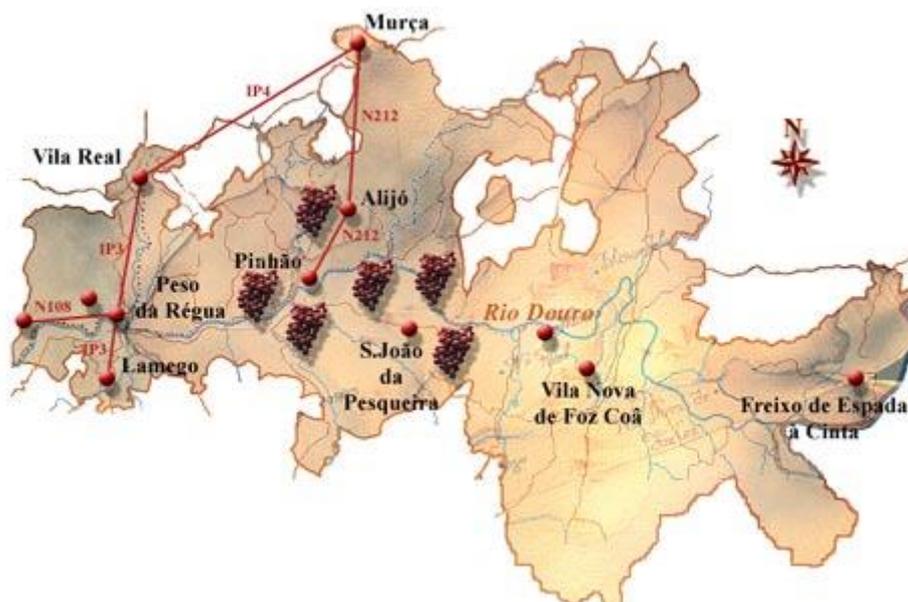


Também devemos levar em conta que as vivências são completamente diferentes até na passagem do tempo. Enquanto no mundo rural as pessoas são mais pacientes e calmas devido ao facto de serem obrigadas a esperar pelo rendimento das colheitas, no mundo urbano são esperados resultados rápidos e imediatos o que leva a uma vida mais agitada e impaciente. Ente choque de vivências pode sem dúvida alguma, ser a razão para todo o confronto de essencialismos e de estruturas de pensamento antagónicas, verificados desde os tempos mais idos.



Conclusão

Podemos concluir que, tanto hoje como antes, sempre houve uma enorme diferença entre o “eu” e o “outro”, o “rico” e o “pobre”, o rural e o citadino, assim como muitas outras; e o Douro sempre foi um lugar muito rico neste tipo de relações e confrontos culturais desde o séc. XIX até ao dia de hoje, independentemente de quem são os seus agentes socioeconómicos ou culturais.



Mapa atual da região demarcada do Douro



Webgrafia

http://pt.wikipedia.org/wiki/Tratado_de_Methuen

<http://www.dourofamiliyestates.co.pt/php/regiao.php?lingua=1&tipo=historia>

[http://www.infopedia.pt/\\$vinho-do-porto;jsessionid=MJ1br6WVMjD2xzoMptTYJQ__](http://www.infopedia.pt/$vinho-do-porto;jsessionid=MJ1br6WVMjD2xzoMptTYJQ__)

<http://www.confrariavinhodoporto.com/>

<http://www.folclore-online.com/trajos/tmontes.html#.Ut6Pg7TFLtR>

<http://www.educacao.te.pt/jovem/index.jsp?p=117&idArtigo=429>

http://www.jn.pt/revistas/nm/Interior.aspx?content_id=2418258

<http://www.sandeman.eu/homepage/en>